Campesinato e Peonagem na Amazônia

NEIDE ESTERCI

Este artigo trata das relações entre grupos sociais que compõem os povoados da Região Amazônica atingidos pela instalação das grandes empresas agro-pecuárias. Refere-se, especialmente, às relações entre os trabalhadores das empresas ("peões") e os camponeses com os quais as empresas disputam o acesso à terra ("posseiros"). Trata-se de uma reflexão inicial e faz parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida sobre "peões" e "posseiros" na Região. As formulações aqui expostas baseiam-se no estudo de povoados do Estado de Mato Grosso, realizado no período de 1973 a 1975. [1]

COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS POVOADOS

Para identificação dos grupos sociais dos povoados e elucidação das relações entre eles, partir-se-á da classificação que deles fazem os "posseiros", no contexto das lutas em torno da terra. [2]

De fato, os "posseiros" se referem aos "peões", a "fazendeiros",

---

1 Este artigo, com ligeiras modificações, foi apresentado sob a forma de relatório de pesquisa à Fundação Ford que de 1973 a 1975 financiou o Projeto "Campesinato e Peonagem numa Área de Expansão Capitalista". Posteriormente, foi discutido no Museu Nacional do Rio de Janeiro com a equipe do Projeto "Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste", sob coordenação do Prof. Moacir Palmeira. Agradeço aos membros da referida equipe as críticas e sugestões feitas com tanto interesse e seriedade.

As idéias aqui expostas serviram de base para a formulação do Projeto "Um Estudo sobre a Peonagem na Amazônia" que está sendo realizado no Departamento de Ciências Sociais da USP sob orientação do Prof. Dr. Juarez Rubens Brandão Lopes.

2 A análise do conteúdo da categoria "povoado", assim como de outras, que lhe são sempre associadas, como "patrimônio", "rua", "comércio" e "mata" é tarefa que está sendo realizada.

"donos de comércio", "donos de pensão", pessoas que "têm um quiosque", pessoas que "não têm terra".[3]

Os "posseiros" são o grupo mais numeroso dos "povoados". Ocupam a terra em termos de posse e a exploram com a força de trabalho recrutada, essencialmente, entre os membros do próprio grupo doméstico, daí estarem sendo conceituados como camponeses.[4] Entre eles encontram-se os primeiros moradores dos "povoados", os "fundadores".[5] As famílias dos "posseiros" estão articuladas entre si por uma série de relações de compadrio, vizinhança, alianças de casamento e parentesco, a partir das quais mantêm formas específicas de solidariedade, trocas e cooperação para o trabalho ("adjutório", "troca de dia", "mutirão"). Plantam essencialmente arroz, mandioca, "legumes" e "fruteiras", dos quais podem tirar uma parte para vender na "rua", diretamente aos consumidores, a armazéns ou cooperativas. Além de aves e porcos, alguns deles têm algumas cabeças de gado das quais lançam mão em momentos de "precisão" — casamento, doença, viagem, ou para "botar um negócio". Em geral, suas casas estão na "mata", junto às "roças" ou "serviços"; mas, alguns as têm na "rua" por qualquer comodidade: necessidade de manter filhos na escola, de empregar alguns de seus membros em casas comerciais, como lavadeiras ou domésticas.

Dos "fazendeiros", entre os quais também se encontram "fundadores", alguns são de origem camponesa, outros não. Os primeiros vieram de outros estados, já com algumas cabeças de gado, e ocuparam a terra a título de posse. Tendo aumentado o rebanho, lograram comprar a terra com o fruto da venda de gado.[6] Além dos vaqueiros

---

3 Procura-se, com o prosseguimento das análises desvendar o critério em jogo nesta classificação com o intuito de refinar o conteúdo das relações aqui apenas esboçado.

4 Ver "Trabalho familiar e campesinato" de Afrânio Garcia Jr. e Beatriz Heredia, in *America Latina*, ano 14, n.º 1/2, janeiro-junho de 1971 — RJ.

5 Em todos os "povoados" se fala de um que foi o primeiro a chegar a se estabelecer, quando o "lugar" era completamente desabitado ou habitado por índios, somente. Ser "fundador" é um título importante, que confere status, e portanto gera disputas. Cada "fundador" tem uma estória que lhe legitima a pretensão ao título, que é veiculada por parentes e amigos, sendo contestada por outros grupos, que têm, por sua vez, outras estórias de outros "fundadores". Os critérios segundo os quais se atribui o título são, no entanto recorrentes.

Sobrepondo-se a tais disputas, os "primeiros a chegar" são muitas vezes referidos como os "proprietários".

6 Os primeiros "donos da terra", adquiriram-na ao governo do Estado com fins imobiliários. Foram eles que as revenderam, seja aos antigos ocupantes da área, seja aos projetos agro-pecuários. "Donos da terra" neste sentido, designa aqueles que especulam com a terra, mas não a exploram, a não ser indiretamente através da participação nos projetos agro-pecuários.

(empregados fixos), dos "peões" (pagos em diária ou por "empreita"), utilizam o trabalho de "agregados". Estes são famílias que já ocupavam as terras que eles compraram e com as quais tinham laços de vizinhança ou compadrio:

> O que eles plantam é pra eles mesmo. Mas é gente boa. As vez precisa de dois, três dias de serviço, eles dão.

Outros vieram como comerciantes, mais recentemente. Com o lucro do comércio compraram gado, comerciaram também com o gado, compraram a terra e hoje são criadores. Nesses casos a relação com os posseiros difere, podendo ocorrer disputas e expulsão violenta. Os "fazendeiros" exportam para outras áreas, principalmente gado, mas também arroz. Em geral, têm suas casas na "rua", onde ficam suas famílias a maior parte do tempo.

Os "donos de comércio" são comerciantes maiores, em geral, chegados à área depois de instalados os "povoados".[7] São donos de farmácias, lojas de tecidos e roupas, utensílios domésticos, etc. Fazem compras diretamente, ou através de representantes, nas firmas de Goiânia ou de São Paulo. Alguns deles são membros de famílias de "fazendeiros" locais; outros adquiriram terras e também se dedicam à criação de gado; outros ainda conjugam essas atividades com a exploração de transporte de mercadoria e pessoas.

Os "hotéis" e "pensões de peões" surgem nos "povoados" maiores, a partir da instalação das agro-pecuárias. Os "hotéis" hospedam representantes de firmas comerciais, funcionários públicos, empregados dos projetos agro-pecuários, etc. As "pensões de peões" são especializadas em hospedar os "peões", que convergem para o "povoado" quando, terminado um período de trabalho, vêm esperar novo recrutamento. A origem social dos donos de "hotéis" e "pensões" é variada. Alguns pertencem a famílias de "fazendeiros", outros têm também uma casa comercial, outros ainda são ex-empreiteiros dos projetos, especializados em recrutar mão-de-obra.

Os que "têm um quiosque" podem ser ex-"posseiros" expulsos de suas terras, "posseiros" que mantêm ainda a condição de camponeses, deslocando parte do tempo de alguns de seus membros

---

[7] Anteriormente, as mercadorias necessárias (sal, óleo, tecidos) eram buscadas em Gurupi (Goiás) ou em Conceição do Araguaia (Pará), pelos próprios consumidores. Organizavam tropas de burro, levavam peles de animais e "trocavam" pelos objetos de que precisavam. Depois passaram a vir barcos que traziam mercadorias. Só recentemente, os comerciantes se instalaram na área.

para a exploração de uma vendinha onde colocam não só produtos de sua própria produção (banana, farinha, rapadura) mas também alguns produtos de fora (bebidas, biscoitos, lataria). Em geral se abastecem com os comerciantes maiores, ou com os "caminhoneiros" que passam, periodicamente, trazendo mercadorias. Em alguns "povoados", surgidos à beira de estradas que interligam as agro-pecuárias, os "posseiros" expulsos se instalaram com um pequeno "quiosque". Em virtude dos altos preços pelos quais podem ser revendidas as mercadorias, e da presença numerosa de "peões", eles "enriqueceram". De qualquer modo não se confundem com os "donos de comércio", anteriormente referidos.[8]

Os que "não têm terra" são ex-"posseiros" expulsos que migram para outros "povoados" onde não houve tempo de se instalarem antes da chegada dos "donos"; ou que, por qualquer motivo, num povoado onde o Estado deu ganho de causa aos "posseiros", não conseguiram se inscrever no cadastramento do INCRA.

Os que "não têm terra" são os reconhecidos como lavradores mas que não lograram acesso à terra, nem na condição de posse contestada. Em geral, são aqueles que, expulsos por uma empresa, transferem-se para outro povoado, mas, quando aí chegam, outra empresa já está em disputa com os antigos moradores e é capaz de acionar mecanismos legais para impedí-los de se estabelecer. Alguns deles ficam trabalhando a terra de outros "posseiros", seja por algum contrato de meiação, seja, simplesmente, por lhes ser "cedido" um pedaço de terra na área de serviço dos já instalados. Mas, a maioria deles se aloja na "rua" e passa a disputar as poucas possibilidades de emprego existentes.

São chamados "empregados" os trabalhadores fixos das fazendas.

Alguns dos "empregados" fixos das empresas agro-pecuárias moram na "rua" dos povoados maiores. Aí fazem suas compras, embora estas empresas tenham uma "sede" onde constroem casas, armazém, enfermaria e escola.

Com relação aos "peões", alguns povoados têm em comum o fato de serem o ponto para onde se deslocam esses trabalhadores nos intervalos entre um período de trabalho e outro, constituindo uma significativa população flutuante, que segundo estimativas lo-

---

8 No "povoado" sobre o qual obtive tais informações, por exemplo, havia uma disputa séria entre um "dono de comércio", que era ao mesmo tempo "fazendeiro", e os outros comerciantes de origem camponesa. O primeiro aliado às agro-pecuárias, pressionando violentamente os camponeses que ocupavam suas terras, e os outros solidários com os "posseiros".

cais chega a alcançar a proporção de 40% da população. É na "rua" desses povoados, particularmente nas pensões, onde eles comem e dormem, nas lojas comerciais, onde adquirem vistosas roupas de passeio, aparelhos de rádio, lanternas etc., nos bares, "quiosques", mesas de jogo, casas de prostituição, que gastam o dinheiro acumulado no tempo de serviço em que permanecem — de 3 a 6 meses — dentro da mata. Sobre os "peões" e suas relações com os outros grupos locais se falará, detidamente, mais adiante.

Outros grupos são constituídos pelos membros da força policial do Estado, professores nomeados pela prefeitura, funcionários ligados a ambulatório municipal, membros da Igreja, etc. Entre estes, os membros da Igreja Católica têm um papel fundamental na criação e gestão de instituições como escolas, enfermarias, cooperativas, etc., além de cumprirem os papéis de mediadores entre as comunidades locais e o Estado, de defensores dos interesses dos "posseiros" e "peões" contra as arbitrariedades das empresas agro-pecuárias e da força policial macomunada com elas.

A relação de todos esses grupos entre si está referida, em última instância, à disputa de terras entre as empresas agro-pecuárias e os "posseiros", pelo menos nos momentos em que esta disputa assume características mais agudas.

As Empresas Agro-Pecuárias e o Problema da Terra

Nas áreas de fronteira do Brasil, especificamente no que se refere à Amazônia Legal, o recurso à Legislação Oficial não tem sido suficiente para efetivar a transferência da terra dos pequenos produtores — "posseiros" — para os grandes grupos econômicos — munidos de títulos de propriedade. Beneficiadas pela lei de incentivos fiscais, com seus projetos aprovados pela SUDAM, as empresas capitalistas têm lutado com duas dificuldades: o desalojamento dos "posseiros" que ocupam a terra em termos de "posse", e a obtenção de mão-de-obra a custos que permitam realizar as expectativas de alta remuneração de capital investido.

O desalojamento dos "posseiros" encontra obstáculos na consciência que eles têm de que ir adiante não é solução, seja porque as terras são todas "de dono", seja em função das condições favoráveis dos lugares onde se situam suas comunidades. Aos critérios legais de acesso à terra, contrapõem critérios de sua própria lógica. De fato, em termos da visão de mundo dos "posseiros", o que lhes confere tal direito é:

a) O fato de trabalharem a terra. Para o "posseiro" é o trabalho investido, são as "benfeitorias", que podem ser objeto de transação, e não a terra, que não é produto do trabalho do homem.

b) O fato de terem "amansado" o lugar. É a ideologia do pioneirismo camponês em oposição à ideologia do pioneirismo capitalista. Contam que quando os primeiros chegaram, havia os índios que eles temiam, a mata virgem com animais e as doenças que os ameaçavam, não havia recursos nem meios de transporte. Quando chegaram as empresas "colonizadoras", do ponto de vista camponês a terra já tinha sido "amansada": os índios e as matas já não representavam perigo, já havia comércio, escolas, igrejas, transportes.

c) Finalmente, a antigüidade, pelo que parecem expressar a pertinência à comunidade. [9]

O fato é que o uso de pressões, legais ou não, tem provocado a evacuação de alguns povoados, ou o êxodo parcial da população de outros. Tais pressões se fazem mais ou menos de acordo com as seguintes etapas:

a) Primeiro, chegam os "donos" ou representantes seus, e anunciam que as terras têm dono, que "é prá sair";

b) Depois vêm com "pessoal armado", propondo indenizações sobre as benfeitorias;

c) Finalmente, "chegam com a polícia" e destroem casas, cercas, plantações; castram reprodutores; fazem ameaças, efetuam prisões.

Mesmo assim, e apesar das interferências do Estado, a questão permanece. [10]

---

[9] Esse atributo tem que ser melhor investigado. De qualquer modo, as designações de "proprietário", "morador" e "chegante", parecem referir-se não somente a uma questão de tempo, mas também ao grau de inserção, aos direitos e compromissos face à comunidade.

[10] De fato, o caráter específico que a luta pela terra assume localmente não exclui o apelo das partes litigantes aos mecanismos legais. Num dos povoados, antes mesmo que a empresa agro-pecuária viesse a se instalar, os "posseiros" se cotizaram e enviaram um emissário à sede do IBRA dando ciência do número, tempo de ocupação e nome dos seus moradores. O IBRA expediu um documento reconhecendo a ocupação. Noutro povoado, logo que a empresa começou a se instalar, os "posseiros" enviaram um relatório à Presidência da República, propondo entre outras medidas a desapropriação de uma faixa destinada à fixação dos moradores cadastrados pelo IBRA e a concessão dos títulos de posse. Tal relatório, foi encaminhado com parecer favorável ao Ministro da Agricultura, "para conhecer e tomar providências". Isto se deu em 1967 e, em 1972, a tensão aumentara mas nenhuma efetivação da medida se fizera.

É nesse contexto que aparecem os "peões": subordinados às empresas capitalistas, cumpridores de suas determinações, efetivando-lhes a ocupação através do desmatamento, da construção de casas, cercas e estradas, e das plantações. De fato, é pelo recrutamento fora da área que as empresas respondem à demanda de mão-de-obra em grande escala. Contratam os serviços dos "gatos" que se dispõem a arrebanhar trabalhadores, principalmente, no Nordeste e outras áreas do próprio Centro-Oeste. Com a instalação de novos projetos, os liberados de uma empresa se colocam à disposição de outras. De qualquer modo, o contingente tem que ser periodicamente renovado em função do desgaste por doença, acidentes de trabalho, morte e evasão.

Com relação a essa mão-de-obra, as empresas têm sido objeto de denúncias por não cumprimento das leis trabalhistas, maltratos, "cativeiro", "escravidão". A própria forma de recrutamento e controle da força de trabalho — pela delegação do encargo a intermediários — lhes permite, no entanto, escapar, juridicamente, às acusações, cuja responsabilidade recai, diretamente, sobre seus prepostos. De qualquer modo, a cadeia de exploração dos "peões" que se estende da empresa e seus administradores, passando pelos intermediários, ("empreiteiros" ou "gatos"), pelos "donos de pensão", comerciantes e polícia local, até chegar aos trabalhadores diretos, é uma fonte inesgotável de tensões.

A Organização da Força de Trabalho

As empresas agro-pecuárias aparecem para as pessoas da área através da atuação imediata dos prepostos de seus diretores — proprietários sempre ausentes. São estes prepostos, genericamente conhecidos como "empregados", que representam as empresas nas relações cotidianas e mesmo nas situações mais críticas que envolvem as empresas os "peões" e os "posseiros".

Os "empregados", principalmente os especializados e os que ocupam cargos de administração, são recrutados fora da área, têm suas casas na sede da empresa, se abastecem nos seus armazéns, seus filhos estudam na escola da sede, ficando de certo modo espacialmente segregados das populações locais.

Entre os "empregados", a figura mais importante e sempre presente, a mais alta na visão que localmente se tem das empresas, é "o gerente". É a ele que os "posseiros" atribuem, imediatamente, todas as responsabilidades e poder de decisão no que se refere às suas disputas com as empresas. Sabendo que "o gerente" fala pelo

ESCRITÓRIO GERAL
(GOIÂNIA OU S. PAULO)
MOVIMENTO DE VENDAS
PLANEJAMENTO
GERENTE
(OU ADMINISTRADOR)
(RECEBE ORDENS DO ESCRITÓRIO GERAL)
ENCARREGADO DAS DESPESAS "PESADAS" - DE ÀSSITIR AS COMPRAS DE GADO - AUTORIZA A RETIRADA DE DOENTES GRAVES - VIAJA MUITO - FALA PELO RÁDIO - DISTRIBUI SERVIÇOS PARA O FISCAL GERAL E CAPATAZ DO GADO
CAPATAZ DO GADO
FISCAL GERAL
("MANDA")
RELATÓRIOS
ORDENS PAGAMENTO
ENTREGA SERVIÇO
ESCRITÓRIO
(SEPARADO-?)
SAÚDE
ENGENHARIA
VAQUEIROS
CONSERTO
DE CERCA
MENSALISTAS
FISCAL DE
APONTAMENTOS
CHEFES DE SEÇÃO
(FAZEM PEDIDOS
AO ESCRITÓRIO)
FISCALIZAÇÃO DA MATA
ALMOXARIFADO
SERRARIA
OPERADOR DE MÁQUINAS
MOTORISTA
OFICINA MECÂNICA
AÇOUGUE

rádio com o "escritório", o "falar pelo rádio" é percebido menos como indicador de subordinação do que como uma fonte de mais poder. No que se refere aos "peões", que se relacionam mais diretamente com os intermediários, como veremos adiante, a importância do gerente está em que é ele que dá ordens para retirar os doentes, e que solicita a força policial em casos de fuga.

Logo abaixo do gerente, estão os "fiscais", que lidam com a contratação de empreiteiros, recebem os serviços, expedem ordens de pagamento para o escritório local da empresa.

Os demais "empregados" são subordinados ou desempenham funções específicas, que não os colocam diretamente à frente das decisões: pessoal de escritório, mecânicos, agrônomos, enfermeiros, veterinários, motoristas, vaqueiros, etc.

Um informante, trabalhador de várias empresas, forneceu-me o seguinte quadro do que ele mesmo classificou "um modelo" de sua organização interna.

Os "empregados" são denominados "mensalistas", quando está em jogo o fato de que trabalham por salário e não por produção; tem carteira de trabalho e, portanto, vínculo empregatício juridicamente reconhecido pela empresa. O contrato por produção é um artifício utilizado pelas empresas para livrar-se dos encargos sociais impostos pelas leis trabalhistas: décimo terceiro, férias remuneradas, pensão, aposentadoria, acidentes de trabalho. Na época de instalação das empresas, a mão-de-obra empregada nos serviços de desmatamento, abertura de "picadas", construção de cercas e casas, abertura de estradas, planta de capim, faz com que a proporção entre o número de "empregados" sobre os outros trabalhadores seja de 1 para 10.

Os trabalhadores contratados por empreita recebem designações especiais de acordo com o montante e o tipo de tarefa que assumem, o lugar que ocupam na cadeia de mediação entre a empresa e os trabalhadores diretos, o seu papel e funções na organização do trabalho. São designados "empreiteiro geral", "empreiteiro de mato" ou "empreiteiro de madeira e cerca de arame"; "empreiteiro" ou "empreiteirão"; "gato" ou "gatinho"; "chefe-de-time" ou "peão."

Os "empreiteiros" sub-empreitam o serviço para outros "empreiteiros" [11] recebendo "comissão" ou "porcentagem", [12] recrutam tra-

---

11 De um "empreiteiro de madeira e cerca de arame" ouvi dizer que tinha mais de 50 sub-empreiteiros sob suas ordens.

12 Não ficou clara a distinção entre "comissão" e "porcentagem". Parece que a porcentagem" é combinada entre o empreiteiro geral" e a própria "fazenda", e a "comissão", entre os que sub-empreitam e os que trabalham sob suas ordens.

balhadores, têm funções de comando e organização do trabalho, tiram mercadorias no armazém para movimento dos trabalhadores, fazem acerto de contas pagam os trabalhadores, entregam o serviço ao fiscal, não participam diretamente do trabalho.

Mas o "empreiteiro geral" é percebido como tendo um vínculo singular com a empresa:

> Ele pode ser um empregado porque (interessa) o serviço da fazenda todim. É um empregado e não é, né. É igualmente um fiscal, uma coisa assim. Quer dizer que o fiscal é um empregado. É assim, uma coisa assim, num sei nem explicar.

A categoria "gato" parece referir-se, especificamente, à função de recrutamento de trabalhadores e nesse sentido designa todos os empreiteiros. De qualquer modo é uma denominação jocosa e meio pejorativa que remete à capacidade de seduzir com promessas falsas — de alta remuneração, boas condições de trabalho, assistência médica, etc. Alude também às diversas formas de "roubo" no acerto de contas, na fuga com o dinheiro devido aos trabalhadores ("o tombo"), na apropriação de uma "comissão" ou "porcentagem" julgadas excessivas, etc.

O "chefe-de-time" cumpre as funções do empreiteiro, e neste sentido pode ser denominado "gatinho". Esta designação não expressa, no entanto, somente as semelhanças de funções. Expressa também distinções fundamentais. O "chefe-de-time" tem poucos homens sob suas ordens. Pode ou não recrutá-los, e quando o faz é a partir de algum vínculo anterior de conhecimento e camaradagem. É "dono do serviço" que ele contrata diretamente com a empresa, ou com um "empreiteiro", mas forma com os outros trabalhadores o que eles chamam "uma sociedade". Dizem-se, então, "sócios" ou "companheiros", explicando que repartem entre si, igualmente, tanto o trabalho quanto o "saldo" (diferença entre os gastos feitos e a remuneração obtida):

> É no preço que a fazenda dá, ele tem que empreitá, também. Faz uma sociedade, uma turma todinha, né, e faz o serviço. Aí, o que der, o total do serviço, aí reparte no meio, igualzinho prá cada um.

Como não há "comissão" ou "porcentagem", costuma-se dizer que o "chefe-de-time" "tem é prejuízo".

Não ficou claro como se galgam os degraus dessa hierarquia, mas percebi que para ser mesmo um "chefe-de-time" é necessário

ter alguns atributos ou recursos: saber ler e fazer contas, ter algo acumulado em mercadorias ou dinheiro. Na verdade, o trabalho por produção dá margem à acumulação, desde que, como eles dizem, o serviço corra bem, não haja doença, o "gato" não dê o "tombo". No processo de acumulação, ter mulher é fundamental. Esta parece, mesmo, ser uma condição favorável para o "peão" tornar-se "chefe-de-time". São raríssimos os que já chegam à área com uma mulher. Por isso, a entrada das empresas está diretamente associada ao surgimento das casas de prostituição e dos bares. Aí, no pouco tempo que passam fora da mata, os "peões" sem mulher consomem toda sua economia. O peão que tem mulher se exime desses gastos.

Para o "chefe-de-time", a mulher passa a ter uma importância ainda maior. Quando não tem filhos, ela acompanha o marido. Cozinha e lava não só para ele mas também para seus "companheiros", e cuida dos doentes. Com isso não só libera um homem desses serviços, como também recebe deles uma "gratificação" — forma de remuneração que tem, do ponto de vista dos peões", um caráter muito diferente da "comissão". Dizem que o "peão dá quanto quer", embora possa haver uma combinação prévia.

Caso tenha filhos, a mulher fica em casa, seja na própria "fazenda", seja na "rua" do povoado próximo. Neste caso, cuida da casa, guarda os pertences do marido, cuida de alguma plantação, como "fruteiras" e mandioca, cria porcos e galinhas, cuida dos cachorros de caça, o que complementa a dieta tanto da família quanto do próprio "time".

Veremos adiante que os "peões" são em geral de origem camponesa, e sob este aspecto é interessante notar que o "time" dá margem à uma associação com as relações que caracterizam a unidade de trabalho camponesa, o que não acontece no trabalho com os "gatos". De fato, no "time" se encontram a comensalidade, a coparticipação no processo de trabalho, a responsabilidade de assistir os "companheiros" doentes. Esta associação se expressa de várias formas:

a) Pelo uso da designação de "meninos" pela qual o "chefe-de-time" se refere aos "peões". Este termo é considerado "de respeito" por oposição às designações de "bié" ou "peão", consideradas pejorativas: "peão é bicho doido"; "peão se vende mesmo", etc.

b) Pelo estabelecimento de laços fictícios de parentesco. A mãe de "peão" dizia sobre o "chefe-de-time": "E esse outro que tava aqui, que empreitô o serviço, que cuidava do Pedro lá, eu gostava muito dele... Chegô aqui assim, aí arranjô uma camaradage com o

Pedro, aí arranchô aqui e disse, até aparentô comigo, eu era parenta, era tia dele".

c) Pela associação entre papéis dos membros da turma e os papéis dos membros da família. Um "peão" dizia da mulher do "chefe-de-time": É uma mãe prá nós: lava roupa, comida ela faz; se adoece, cuida, faz um chá".

Daí se percebe a maior adequação do "time", do comando do chefe-de-time", das "gratificações", à lógica camponesa.

Entretanto, o "gato" procura legitimar sua posição: ressalta o aspecto ascensional dentro da peonagem, dizendo inclusive que um "peão" pode chegar até a fiscal ou gerente da "fazenda"; diz que o "gato dá cobertura": não faz trabalhar depois de tantas horas, orienta no serviço ("prá fazer trabalho rareado — o que passar debaixo das pernas, não derruba, deixa"; "quando tem uma árvore muito grande e uma pequena perto, derruba a grande em cima da pequena"). Os "peões" rechaçam esse argumento ilegitimando a aspiração: "o sujeito bem intencionado não fica num posto desses porque não quer fazer mal pros companheiros"; opõem o trabalho com "time" ao trabalho com o "gato" ressaltando as vantagens do primeiro. Dizem que mesmo as "fazendas" não querem mais "gato", que "gato gosta de rolo". No entanto, não é tranqüila a decisão de trabalhar com um "time". Por mais bem sucedido que seja, o "chefe-de-time" não dispõe de tantos recursos quanto o "gato". Este tem possibilidade de dar "abono" — adiantamento em dinheiro — seja para "zuar", como eles dizem, fazer farra antes de voltar ao trabalho, seja para saldar as dívidas contraídas, seja para manter a família quando deixam a casa para se empregar.

Com relção às dívidas, veremos que elas são um elemento fundamental de imobilização da "mão-de-obra".

Formas de Imobilização e Exploração da Força de Trabalho.

É uma constante no discurso dos "peões" e dos que a ele se referem a acusação de que os "gatos" que os vão recrutar fora da área o fazem sob falsas promessas de boa remuneração, boas condições de trabalho e assistência médica. Muitos, ao serem jogados na mata cheia de doença e sem recursos, ao perceberem que não conseguirão "saldar" ao fim de uma tarefa dura que requer muito tempo de trabalho, ao serem submetidos a maus tratos e má alimentação, querem sair, voltar para casa. Mas, é impossível! Quando começam o serviço, já estão devendo o "abono", despesas de viagem, ferramentas e roupas.

Estas formas de endividamento são aguçadas pelas formas de exploração que correm paralelas:

a) O alto preço das mercadorias no armazém da "fazenda", onde os trabalhadores se abastecem, durante o tempo de serviço. Por exemplo, em 1972, um comprimido que custava nas farmácias da "rua" Cr$ 0,50 era vendido a Cr$ 3,00 no armazém.

b) O "roubo" na medição da área de serviço contratado:

> Dizendo o sr. Fulano (refere-se ao gerente), diz que é um alqueire e duas pontas. Mas, dá mais, sabe?... Tira uma pontinha prá um lado, outra prá outro... agora: ah, aqui dá tanto! Num mede, como é que é?... Dá mais, lá, é mais, Eu sei, eu conheço mato também.

c) O recurso usado pelas empresas de descontar o "fornecimento" de gêneros que se destina a um serviço ainda por ser feito, no "saldo" do serviço anterior: chamam a isto "cercar" ou "tomar o saldo". Por exemplo, um "time" contrata um serviço com a fazenda. Quando este contrato vai terminando, ele já contrata uma nova empreita e, para fazê-la, abastece-se, previamente, no armazém. As notas desta compra deveriam ser descontadas na remuneração da nova empreita, mas a fazenda já as desconta no "saldo" da empreita anterior, eliminando o "saldo" que os trabalhadores conseguiram. Em vez de "saldo" eles têm agora uma dívida a pagar. Começando eles a nova empreita já endividados, a empresa se livra dos prejuízos que podem advir de qualquer descontrole que ocorra — pelo fato de algum trabalhador do time abandonar o serviço, pelo fato de o serviço ser muito difícil —, como um mato difícil de ser derrubado. Estes contratempos oneram mais o "time" em virtude do maior tempo requerido para o trabalho. E é justamente sobre o tempo dispendido numa empreita que os "peões" jogam toda a sua possibilidade de "saldar". Mais tempo é mais despesas de alimentação, maior possibilidade de contrair doenças, de haver "descontrole" entre os membros do "time". Numa discussão sobre o assunto entre um "chefe-de-time" e um "fiscal de apontamentos", o primeiro expressa sua revolta, enquanto o segundo, assumindo a ilegitimidade desta prática, procura eximir-se de responsabilidade ao mesmo tempo que pleiteia ser ela uma exceção e não a regra:

> Chefe-de-time:
> Falei: oia, vai saí esse dinheiro desse mato... Eu sei que o sr. (fala com o administrador) pois isso aí. Eu vou logo falá, porque já tá cercado lá... é pouquinho também, né muito não, 140 conto só; sabe o sr., pois isso aí sr. Fulano só porque tá

> cercado, então o sr. quer me tomá o saldo do outro, oh, pra trás.
> ... Num pudia fazê isso não viu.
> Fiscal de apontamento:
> Mas ele apresenta e joga no escritório. Aí a pagadeira desconta, uai. Só se não apresentasse as nota, mas se apresentá as nota lá na mesa do escritório, é apresentar e descontar. E o principal de você pensar: se você tiver um serviço lá, pegado lá, e você tiver bem, uma nota cercando, tomando o seu saldo, eles desconta tudo.
> Num pode não. Com o meu sistema de serviço, onde eu tenho trabalhado, em todas fazendas, só a que eu achei fora do regulamento foi esta. Porque em todas as fazendas tem o livro de ponto. Então o fiscal geral é que toma conta do livro de ponto. ... se você comprou no mês de julho as notas só representa até o dia 26...

O endividamento funciona como fator de imobilização da mão-de-obra na medida em que o trabalhador que não consegue pagar a dívida contraída no armazém, ou com o "empreiteiro", tem que se engajar por imposição da própria empresa ou do empreiteiro numa outra empreita, e assim por diante. Outras vezes, quando paga a dívida, mas não consegue um saldo", ele mesmo se propõe a continuar trabalhando a fim de cumprir suas aspirações de acumular para comprar uma terra e reconstituir sua condição de camponês; abrir um negócio que, pelo menos, lhe garanta a aspiração de autonomia (trabalhar por conta própria); ajudar no orçamento doméstico da família de origem, garantindo sua participação futura no patrimônio familiar. Outras vezes, quer "saldar" simplesmente para desfrutar a cachaça, as mulheres, os jogos e farras que o "povoado" lhe oferece nos períodos de lazer. Em qualquer dos casos, o trabalho por produção, o sucesso de alguns, mantém a crença de que se tudo correr bem, ele vai conseguir, afinal, um "saldo" que lhe permita realizar suas aspirações.

Desprotegidos das leis, controlados por forte contingente de "jagunços" de que dispõem as empresas, cercados, enfim, pelo consórcio das empresas com a política local, praticamente impossibilitados de se fazer ouvir pelas autoridades extra-locais, os "peões têm, no entanto, suas próprias formas de reação. Eu não as investiguei profundamente, mas algumas foram mencionadas:

a) A malandragem no serviço. Pelo contrato da empreita se estipula o diâmetro das árvores além do qual elas não precisam ser derrubadas. Ao "fiscal de apontamentos" cumpre verificar se o contrato foi cumprido satisfatoriamente. Eles podem então passar

"um agrado" para que o fiscal aceite o que está feito, ou simplesmente, burlar a fiscalização:

> Deixa assim mesmo. Deixa pau fino, e fala que tem formigueiro no pé de pau. Tem nada. Só faz direito nas beradas. Lá dentro o fiscal num vai olhá.

b) Em geral, entre os próprios "peões" se diz que eles só brigam uns com os outros e que diante dos "gatos", do gerente ou da polícia, nunca reagem. No entanto, ouvi alguns casos de enfrentamento entre "peões" e responsáveis pelo pagamento que não queriam efetuá-lo:

> No tiro, eles ficaro com tanto medo, que nem fizero as conta, pagaro.

c) A forma mais comum de escapar à imobilização é a fuga. As fugas em turmas de 10, 12 são comuns e a empresa, sob o pretexto da "dívida", aciona não só seus "jagunços" mas também a polícia local. Se a maioria dos que a tentaram foram levados de volta às empresas, se muitos foram mortos na tentativa, alguns, que a sorte, os "posseiros" ou os índios ajudaram conseguiram chegar aos grandes centros e fazer ouvir suas denúncias. Às vezes, há fugas numerosas das quais participam "peões" de várias turmas e seus "chefes-de-time". Isto acontece quando uma decisão da própria administração da empresa os atinge, globalmente, desfazendo as barreiras que a divisão em turmas subordinadas cada qual a um empreiteiro ("patrão") coloca entre os trabalhadores. Por exemplo, se grassa uma epidemia entre os "peões", e a administração se recusa a tirar os doentes para tratamento, pode sobrevir uma solidariedade inesperada e uma ameaça de enfrentar violentamente qualquer obstáculo que se interponha:

> E era armado. Os que tinha revorve, era revorve, os que tinha espingarda, era espingarda, os que num tinha nada disso, vinha cum facão e os que num tinha, cortaro um cacete cada um e vinha tudo armado, cum cacete, de espingarda, de revorve. Sortaro tudo, e se arrancaro.

Esta fuga envolveu a totalidade dos homens que estavam engajados na tarefa de desmatamento de uma empresa. Em dois dias de viagem penosa, arrastando os doentes, eles chegaram ao "povoado" mais próximo. Havia morrido um "peão" que o gerente se recusara a retirar em tempo para tratamento. Quanlo soube que os

homens estavam a caminho do povoado, armados, o gerente teve medo de uma retaliação, que viessem para matá-lo, e mandou buscar um contingente policial para detê-los. A polícia encontrou os homens no meio do caminho, mas só fez argumentar e conciliar com a decisão deles de abandonar o serviço. Na verdade, a ameaça, tão próxima, da morte sem recursos, anônima, no meio da mata, era uma razão muito forte.

A Cadeia de Explanação no Comércio dos "Povoados"

> Eles trazia pião desse mundo, passava de avião, entrava aí pra essas mata, e num deixava vim aqui fora de jeito nenhum. ... Só vinha, só vinha assim quando eles via que morria lá. Punha no avião, aí tirava. Tem deles que chegava no Porto já morto.

A mata, onde os "peões" fazem o serviço de derrubada, de abertura de "picada", muitas vezes, fica a léguas e léguas de distâncias do "povoado" mais próximo e da própria sede da empresa. No caso de abertura de "picada", que eles dizem ser o trabalho mais duro,[13] eles se embrenham tão profundamente na mata que o único meio de transporte possível é avião. Em tais situações, a única forma de preencher o tempo de lazer são os jogos de baralho e a própria convivência com os companheiros. Por isso, quando chegam ao povoado, nos intervalos entre uma empreita e outra, os "peões" procuraram avidamente os bares, as casas de prostituição e jogo, as lojas comerciais onde adquirem vistosas roupas, rádios de pilha, lanternas, etc. Nesses divertimentos, consomem, em poucos dias, todo o dinheiro acumulado em meses de trabalho. A partir daí, passam a acumular dívidas nas "pensões", enquanto esperam novo recrutamento. Estabelecem com relação ao dono da pensão um vínculo equivalente à imobilização derivada da dívida com os "gatos" e as empresas no tempo de trabalho. É comum o "dono de pensão" entrar em combinação com os "gatos" para que eles não venham fazer o recrutamento antes que as contas estejam bastante altas. Quando,

---

[13] A "picada", consiste num desmatamento para efeito de marcação de uma área destinada à formação de pastos por exemplo. A turma tem que sair de um ponto carregando alimentos, utensílios, roupas e ferramentas e ir se embrenhando para dentro da mata abrindo uma clareira no sentido longitudinal até chegar ao mesmo ponto de novo. De tempo em tempo desce um avião trazendo novo abastecimento. Muitas vezes acontece que uma chuva, por exemplo, impede a descida do avião. É comum ficarem os homens dias e dias sem poder trabalhar por falta de alimento, pois não há outro meio de suprí-los. Quem adoece nesse serviço, ou se cura com ervas do mato ou morre.

afinal, os "gatos" chegam, pagam a pensão, e o "peão" está de novo vinculado a eles por dívida, antes de começar mais um período de trabalho. Do mesmo jeito que a empresa, em caso de os "peões" quererem abandonar o serviço, se utiliza dos seus "jagunços", o "dono de pensão" lança mão da polícia local, impedindo qualquer tentativa de evasão.

Além disso os "peões" têm pouco controle sobre as contas da pensão, pois não sabem ler, ou porque ficam em estado de embriaguez, desamparados e desmoralizados, pois a própria polícia está sempre pronta a extorquir-lhes o dinheiro e os objetos que possuem.

Uma outra forma de exploração, que faz seqüência entre os "gatos" e o povoado, são os "vales". Os "gatos", a pretexto de falta de dinheiro, remuneram seus trabalhadores através de vales. Os "peões" chegam aos comerciantes locais, conhecidos dos "gatos", que compram os vales pela metade do que consta. Depois trocam de novo o vale com os "gatos", ficando cada um com sua margem de lucro na transação.

Os comerciantes maiores não vendem fiado para os "peões", mas os que têm um quiosque costumam fazê-lo. Depois de o "peão" ter gasto uma certa quantia e estar sem dinheiro, o dono do quiosque aceita vender-lhe fiado. Segundo um deles me informou, muitos deles voltam para pagar. No entanto, para cobrir os riscos do não pagamento, eles aumentam os preços das mercadorias: um maço de cigarros era Cr$ 3,50, ele vendia a Cr$ 4,00.

E a cadeia de exploração continua. Na mata não pode haver bebida, por isso no trajeto até o lugar da empreita o "gato" ou o motorista que conduz o veículo de transporte costuma oferecer uma garrafa de pinga pela qual os "peões" se dispõem a pagar preços exorbitantes — na época em que estive na área, falavam em Cr$ 30,00 por uma garrafa que no comércio era vendida por Cr$ 3,00.

Desta forma, na "rua" de alguns povoados há toda uma vida que se alimenta, surge, entra em desenvolvimento ou decai de acordo com o número de "peões" que as empresas vizinhas são capazes de absorver nas suas várias fases de instalação. Terminada a época das derrubadas, da construção de casas, cercas e estradas, muitos dos dedicados ao comércio e aos serviços de transporte tendem a se transferir para outros pontos de "boom" comercial, em geral às margens de estradas de acesso a outras empresas.

Estes setores da população, dada a sua dependência com relação aos projetos agro-pecuários, tendem a tomar posição ao lado deles nos conflitos que surgem. Entretanto, tal posição não é sempre assumida manifestamente, em virtude de vínculos anteriores com as

populações locais. É o caso dos comerciantes que já abasteciam essas populações, dos de origem camponesa, dos ex-"posseiros" expulsos.

"Peões" e "Posseiros"

Do ponto de vista dos "posseiros", na prática como na representação, os "peões" estão ligados à introdução das empresas, das zonas de prostituição, jogo e bebida, à chegada da polícia, como fatores de desorganização da vida camponesa, pela ameaça seja à posse da terra, seja aos valores e relações sociais da comunidade.

Daí decorre uma contradição entre os "moradores" e os "peões" e, mais especificamente, entre estes e os "posseiros". O termo é usado para denotar falta de lealdade com a comunidade e convivência com as empresas; há uma resistência dos "posseiros" a que suas filhas se casem com "peões"; e até na utilização do espaço esta contradição se expressa. Num dos "povoados", por exemplo, a "rua" dá acesso direto à sede da empresa. Nesta rua e nas suas imediações, até uma espécie de praça, estão situados a maior parte dos quiosques que vendem cachaça e latarias, quase todas as casas comerciais, as "pensões de peões", os ranchos improvisados onde eles armam suas redes, a zona de prostituição. Já na rua seguinte, a única casa comercial é a cooperativa dos "posseiros"; o resto são casas residenciais de "moradores". E, na "Rua Y", que se segue à anterior, e dá acesso ao campo de aviação, há apenas um "quiosque" e uma casa comercial maior, cujos proprietários são dois irmãos de origem camponesa. Noutro "povoado" observei que os "peões" restringiam-se a ficar nas zonas dos bares e prostituição; as notícias que mobilizavam as pessoas num ponto e noutro do "povoado" nunca eram as mesmas, por mais extraordinárias que fosse algum caso ocorrido.

No entanto, alguns "peões" se tornam "posseiros" casando-se com filhas ou viúvas de "posseiros", e a partir daí criando vínculos de amizade, vizinhança e compadrio. A contradição é importante, porém situacional.

De fato são introduzidos pela empresa, de qualquer modo, homens solteiros, sem a família ("largados"), desconhecidos, de pais e procedência ignorados. Na luta para expulsar os "posseiros", as fazendas os utilizam de todo jeito. Num povoado que resistia à expulsão e que contava com cerca de 200 famílias, a empresa introduziu, de uma só vez, uma leva de 450 "peões". Divulgou entre eles que as terras eram dela, que os que a ocupavam indevidamente

não a faziam produzir porque eram "preguiçosos da beira do rio" (disputava com eles, especificamente, o núcleo do povoado que dava acesso à via fluvial).

Contratados por empreita, esses homens chegavam já endividados com o "gato" e eram jogados para fazer o primeiro desmatamento justamente nas áreas de serviço dos "posseiros". No relato dos "posseiros" desses momentos críticos, em que eles se confrontavam com a fazenda através dos empreiteiros e seus "peões", explicita-se muitas vezes, paradoxalmente, a percepção de vínculos originais entre uns e outros. De fato, um dos meios pelos quais os "posseiros" resistiam à invasão de suas terras era a argumentação com os "peões", nessas situações:

> ... eles vinhero trabaiá na Companhia, né, Companhia dizendo que aqui tinha hospital, tinha médico prá eles, e dinheiro aqui era juntado com o rastel... Então foi quando eles trouxero, botaro prá fazer o serviço, mas assim, bem ao redor das casa dos morador, né. Mais, eles viero *como pinhão,* mais tudo gente que criado com os pais, costumado a trabaiá, tomem possero aí por Maranhão, prá Araguaína. ... Quando chegô, que nós reclamemo a eles que num era prá fazê, roçá a roça de mandioca, lugar de cana, de bananal, né, dentro de capuera nossa num precisava roçá, né, então eles tomem quetô, né. Num foro fazê o serviço que eles tomem compreendia um poco e acharo que aquilo era errado. (Perguntaram) — Escuta, e a companhia não indenizó isso aí de vocês, não? Digo: — Não, aqui nunca ninguém indenizó nada, né. Promessa que tem aqui é prá roçá tudim, indenizá. E o posseiro que diz que num sai por bem, mas sai na fumaça do fogo.

Na verdade, a situação não se resolvia tão facilmente. O "posseiro", em caso de argumentação, dirigia-se primeiro ao empreiteiro ("dono do serviço"). Este chamava os "peões": "É, o home aí, o dono da roça, diz que num é prá roçá aí essas pranta dele não". Quando os "peões" se dobravam ao argumento do "posseiro" e não à sugestão de resistência do empreiteiro, diziam-se "mandados" e voltavam à empresa passando o problema ao gerente. O gerente insistia e eles voltavam de novo e, afinal, desistiam do serviço.

De qualquer modo, ficavam acumulando dívidas sem ter como saldá-las. Este fato de por si só já constituía uma das formas pelas quais as fazendas os forçavam a enfrentar os "posseiros". Mas nunca esta pressão foi suficente. As empresas tiveram que armar alguns "peões", fazê-los acompanhar pelo gerente, pela polícia local, realizar prisões ostensivas de "posseiros teimosos", e fazer uma série de

ameaças para que alguns "serviços", que implicavam na destruição de benfeitorias componesas, fossem realizados:

> Mas eles foram com a polícia, derrubaram a cerca e voltaram, e ficaram perseguindo sempre, entrando lá e falando que, o dia que meu pai chegasse na casa, com os filhos dele, ele disse que iam pegar e prender e disse que ia bater muito, porque disse que era teimoso...
>
> Aí que é certo é que eles foram, derrubaram a construção, de um dos rapazes dos que estavam trabalhando lá, eles andaram pegando uns e, espancando, batendo mesmo. Ajuntaram um mogotão de pião lá e troxero dois carro, chegaro, deixaro os carrinhos encostadinho assim com aquelas armas grande, eles deixaro lá dentro do carro. E aí, e aí, eles ficaro só de resolver mesmo. Foro lá e fizero o maior absurdo, estraviou tudo quanto foi material da, da construção de avenaria... Eles foro, enfiaro o trator, derribaram tudo lá dentro da sisterna... Aí, aí voltaro.

É interessante, sob este aspecto, que a denominação de "posseiro" e, por implicação os direitos à terra, chegam a ser negados aos que, estando há muitos anos no povoado, cederam por indenização suas terras às empresas e estabeleceram qualquer tipo de conivência com ela.

> Chegaram aí aquele magotão de polícia, ajuntou um mucádão de pião aí da fazenda mesmo, e aí saiu nesse sertão tudinho, na casa desses morador por aí, como lá em casa mesmo eles andaro. Eles andaro um mucadão deles. Andava o fulano, o cicrano, só, só dos que eu conhecia... Agora o interessante era isso, pião que a gente era acostumado ver eles, esses pião que a era acostumado ver eles pegado na foice, aí quando era nesses dia estava pegado no fuzilão, aí no meio da pulicia, todo fortão.

Quando fez o relato, o informante mencionou alguns nomes entre os quais reconheci o de um morador antigo. Somente quando questionado admitiu que fosse um "posseiro", pois o havia incluído entre "peões":

> P — Esse fulano que você está falando, quem é que é?
> I — É um daqui mesmo.
> P — Era posseiro ele?
> I — E posseiro daqui, o fulano.
> P — Ele ficou do lado da polícia?
> I — Ficou sim... Agora eu achei que sendo aqui do lugar... Eu achei que foi covardia.

A pessoa em questão é membro de uma família antiga do povoado. Chegados à área na década de 30, estavam instalados numa gleba localizada no espaço que a empresa escolheu para construir sua sede. Cederam-na em troca de indenização. Este fato é duramente criticado pelos demais "posseiros" que o vêem como uma traição. Além disso, o rapaz tornou-se uma espécie de empreiteiro da empresa e é acusado de denunciar "posseiros", maltratar e matar "peões". Por isso, falando-se de "posseiros" e seus direitos classificam-no como "peão", [14] e falando-se de "peões" classificam-no como "jagunço":

> P — E o fulano?
>
> I — Não, esse fulano, dizendo um capixaba que passô aí em casa, correndo, que ele fez um bocado de bobage, né.
>
> P — Mas, ele é um posseiro?
>
> I — Não, ele, num sei se era posseiro, num sei se era. Que poco cunhecimento eu tinha cum ele, né... mais por tradição de pinhão, né, que passava comentando a vida dele. Então ele é um jagunço da fazenda.

Se, no contexto de enfrentamento dos "posseiros" com a empresa, os "peões" aparecem como aliados dela, é preciso levar em conta que:

1.º) Mesmo neste contexto, os "peões" são considerados como "mandados", "enganados", e esta percepção não só atenua a oposição em termos ideológicos como também indica uma distinção entre os "peões" em geral, por um lado, e "jagunços" e "gatos", por outro. Os dois últimos servem voluntariamente de força repressora da empresa seja contra os "peões" em geral, seja contra os "posseiros", recebem remuneração em virtude de tal incumbência, e são armados pelas empresas.

2.º) No que tange aos "abusos" e "maltratos" inflingidos pelas empresas (seja através de seus "empregados", "jagunços", "gatos" ou através da polícia) os "posseiros" se solidarizam com os "peões" e não só na representação, como também de diversos modos, na prática. Dão cobertura aos "peões" que fogem, dão alimento, ensinam o melhor caminho para evasão. Por conta dessa atitude muitas vezes enfrentam represálias:

---

[14] E, de um modo geral, os camponeses comentam como uma grande injustiça o fato de que, ao discriminar as terras em litígio e distribuir títulos de propriedade, o INCRA tenha "dado" um lote à mãe deste rapaz, terra que pelo fato de ser ela viúva e ele único filho, ficou sendo dele.

Num tenho dó desse povo assim (refere-se a um "posseiro" que cedeu sua terra "por uma mixaria de dinheiro"). É mais fácil eu ter dó dum pinhão que anda aí pelo mundo...
As vez coitado tava cum fome, pidia, a gente tinha e dava.
... E por conta disso eu quase fui preso, bem aí na rua; dei de cumê os pinhão. Os pinhão passava, sempre eles gostava de andá lá em casa, ... e eles me falaro que ia fugir pro, ... (Perguntou). E porque é que vocês vão embora? ... Eles dissero: "Não, nóis vamo saí porque nóis não tamo mais guentando. Porque nóis tamo trabalando, nunca recebemo nada.
... Algumas pessoa já falô prá nóis, né, ... que já tem desaparecido pinhão, aí, né.
... Botaro trincheira aí nessas bera de rio, né, jagunço, já tem aí...
Aí, eu fiquei, fiquei, eu digo: Não, é bom vocês ir mesmo por essa estrada velha...

3.º) E mesmo quando se referem à oposição entre eles os "peões" os "posseiros" são capazes de perceber tal oposição como secundária e situacional, lembrando a identidade que perpassa os conflitos eventuais:

Posseiro tem medo de pinhão porque sabe que pinhão se vende por qualquer coisinha... Eles sabe, que foi pinhão, sabe que pinhão se vende...
Tudo é uma classe só, mais num quer que seja, num quer se unir.

A percepção da identidade e a possibilidade de aliança entre "posseiros" e "peões", traduzem na representação e na prática desses grupos, o fato de serem uns e outros recrutados da mesma classe, e de terem vivido, igualmente, a ameaça ou usurpação de seus meios de vida. Se traçarmos sua trajetória a partir de uma ou duas gerações passadas, veremos que são trabalhadores rurais que se deslocaram do Nordeste tangidos pelo desenvolvimento da agricultura capitalista, passaram pelo Maranhão, Pará ou Goiás, deslocando-se cada vez que, novamente, se configurava a situação de fechamento das terras. Alcançaram assim o Nordeste de Mato Grosso. Na sua maioria, são "posseiros" os que aí chegaram até meados da década de 60 e com suas famílias constituíram os núcleos camponeses que ora disputam as terras com as empresas. São "peões" os membros de famílias camponesas situadas no Maranhão, Pará, Goiás, cuja insuficiência de terras para atender às necessidades de reprodução levou ao trabalho assalariado. Mas também são "peões" muitos ex-"posseiros" da própria área, expulsos de suas terras e mesmo os filhos daqueles que as conseguiram manter apesar das pressões.

A oposição entre eles se deve ao fato de estarem no momento situados contraditoriamente no que se refere ao antagonismo principal face a posse e uso da terra. Como já foi anteriormente mencionado, os "peões" são usados pelas empresas para efetivar a ocupação das terras pelo desmatamento, pela construção de cercas. É também entre eles que tais empresas recrutam sua força armada, os "jagunços" que, junto ao destacamento da polícia local, enfrentam muitas vezes a resistência dos "posseiros". Ao nível de representação diríamos que os "posseiros" ao discriminarem os "peões", rejeitam neles aquilo mesmo de que se vêem ameaçados: a perda do controle das suas condições de trabalho. Quero desse modo me referir não somente ao controle da terra. Refiro-me a terra num sentido amplo, abrangendo toda uma série de recursos dos rios, das matas utilizados não só na produção de seus alimentos mas também na fabricação de seus instrumentos de trabalho, de seus utensílios domésticos e até de itens de seu vestiário e seus rituais. Refiro-me também à sua força de trabalho e a todo sistema de relações sociais que organiza a cooperação e divisão do trabalho, seja através dos laços de parentesco, de vizinhança ou compadrio. Ou seja, no "peão" o "posseiro" percebe a negação da sua própria forma de existência, o aniquilamento do seu modo de ser.